

Orçamento da União será deficitário

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

Ainda não será neste ano que o Brasil conseguirá equilibrar completamente suas contas públicas, deixando de pressionar o setor privado em busca de financiamento para seu excesso de gastos.

Mesmo com o fim da correção monetária e as medidas de austeridade do Plano Verão, o governo central ainda deve registrar déficit público no conceito operacional — que exclui os efeitos da desvalorização cambial e monetária.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, esclareceu ontem que a meta de zerar as contas da União refere-se apenas ao chamado "déficit primário" do governo central — que é o déficit operacional sem o impacto dos gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. O Fundo Monetário Internacional (FMI) já admite a utilização desse conceito como critério de desempenho nos programas de ajuste

do México e da Argentina, podendo incluí-lo também no acordo com o Brasil, segundo técnicos do governo.

Não se pretende, conforme Mailson, mudar o critério de mensuração das necessidades de financiamento ao setor público, mesmo porque o importante para o FMI é o nível do déficit público global — que inclui, além do governo central, as contas das empresas estatais, da Previdência Social e dos estados e municípios. Como estes três segmentos devem apresentar no conjunto algum superávit operacional, o objetivo agora é fazer com que isso seja suficiente para compensar o desequilíbrio no governo central, de maneira que o déficit global seja realmente zerado ao longo do ano.

O ideal em termos de combate à inflação seria zerar o déficit operacional, na opinião de economistas do governo. Tanto é que o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, externou sua preocupação

com a permissão dada pelo Plano Verão para a colocação de títulos públicos também para a cobertura dos encargos da dívida — e não só para a rolagem do principal, como defendem técnicos da Secretaria de Planejamento (Seplan).

"Se conseguirmos zerar o déficit primário já teremos eliminado a causa principal da inflação" — argumenta o novo titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente, encarregado de revisar o orçamento geral da União para poder calcular o nível do déficit operacional do governo central. Esses cálculos dependem também da Secretaria do Tesouro Nacional, que aguarda a definição da inflação de fevereiro para saber como ficarão os encargos da dívida pública neste ano, após o Plano Verão.

Mesmo com o ganho do Tesouro em consequência da troca de OTN por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), reduzindo o estoque da dívida pública apesar da elevada taxa de juro no open market, ainda restará uma boa parcela de encargos a ser coberta pela colocação de papéis no mercado — o que, para o FMI, representa financiamento ao setor público e, portanto, déficit operacional. Antes do Plano Verão, os encargos de 1989 estavam estimados em CZ\$ 1,5 trilhão, a preços de junho de 1988, o que deve resultar, a grosso modo, em algo próximo a NCz\$ 5 bilhões em janeiro.

A Secretaria de Orçamento e Finanças recebeu instruções do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, para preparar o projeto da futura lei de diretrizes orçamentárias já levando em conta a necessidade de se fixar, antecipadamente, metas macroeconômicas para 1990. O Executivo dispõe de prazo até meados de abril para encaminhar o projeto ao Congresso, inclusive com a previsão de um teto para o estoque da dívida pública e para o próprio déficit público no próximo ano. Os estados, por exemplo, não poderão mais rolar os encargos de suas dívidas, a menos que façam investimentos em montante equivalente.